

MINAS GERAIS

ZEMA QUER PRORROGAR LIMINAR DO SUPREMO SOBRE A DÍVIDA

Após se reunir com Pacheco e Haddad e se mostrar receptivo à proposta alternativa para renegociar débito, governador tentará adiar pagamento

BERNARDO ESTILAC

O governo de Minas Gerais vai pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prorrogação dos efeitos da liminar que suspende a cobrança da dívida do estado com a União, hoje em torno de R\$ 160 bilhões. A medida foi anunciada ontem pelo governador Romeu Zema (Novo) após um dia de reuniões em Brasília. Ele esteve com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e depois com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e se mostrou receptivo à proposta apresentada para sanar os débitos do estado. Ainda assim, não descartou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), em tramitação na Assembleia Legislativa, como opção para o débito bilionário.

Em entrevista coletiva após reunião com Haddad, Zema falou sobre a prorrogação dos efeitos da liminar do STF. Esta foi a medida concreta anunciada por ele após as reuniões na capital federal em que se mostrou disposto a acatar propostas como a federalização de empresas estatais. O governador disse que espera que o Supremo atenda ao pedido e que o governo federal se junte ao estado na solicitação.

“Temos uma questão que é o prazo do dia 20 de dezembro. Passamos isso aqui para o ministro Haddad. Ele também já tinha um conhecimento prévio dessa proposta do presidente Pacheco. Nós estaremos encaminhando hoje ainda um ofício para o Ministério da Fazenda para que o mesmo, juntamente com o nosso secretário de Fazenda e Advocacia Geral, avaliem um modo para que, em conjunto, tanto o governo de Minas quanto o governo federal possam, no Supremo Tribunal Federal, estudar uma forma de prorrogar esse prazo. Eu saio daqui extremamente satisfeito e esperançoso de que quem sabe o meu sucessor não tenha de lidar com um problema que já custou tanto aos 20 milhões de mineiros”, disse Zema.

MARÇO

A extensão do prazo deverá atender ao período apresentado por Haddad ao governo estadual para que a equipe técnica do Ministério da Fazenda formule uma proposta concreta a partir do projeto costurado com deputados estaduais e Rodrigo Pacheco. Segundo Zema, o ministro pediu até o fim de março do ano que vem para formalizar o projeto.

ALEXANDRE GUARANI/IM/UTA/REUTERS



“Eu saio daqui [Brasília] extremamente satisfeito e esperançoso de que quem sabe o meu sucessor não tenha de lidar com um problema que já custou tanto aos 20 milhões de mineiros”

ROMEU ZEMA (Novo)
Governador de Minas Gerais

Caso não ocorra a prorrogação, parcelas da dívida já começaram a ser cobradas no ano que vem. As cifras totais do débito mineiro com a União hoje são de cerca de R\$ 160 bilhões. Na mesma entrevista, o secretário de Governo de Zema, Gustavo Valadares, disse que, como não há garantia de que o pedido será atendido pelo STF, o projeto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal seguirá tramitando na Assembleia Legislativa.

“Enquanto nós não tivermos uma mudança com relação ao prazo, ao deadline que o Supremo Tribunal Federal impôs ao estado de Minas Gerais, nós não desistiremos do regime, muito menos da sua tramitação. Os dois projetos que tratam do regime na Assembleia, o projeto do regime em si e o do teto de gastos continuam a sua tramitação. Estamos trabalhando para que até o final da próxima semana estejam os dois



GABRIEL VARGAS/GOVERNO DE MG

ZEMA SE REUNIU COM O MINISTRO FERNANDO HADDAD PARA DISCUTIR A DÍVIDA DO ESTADO

prontos para serem apreciados em plenário”, disse Valadares.

No momento, o projeto do RRF está parado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) do Legislativo mineiro e só deve voltar à pauta na próxima terça-feira. O regime determina uma série de medidas de austeridade econômica e é a principal opção de Zema para a situação fiscal do estado desde seu primeiro ano à frente do governo mineiro em 2019.

ATIVOS

Nas duas reuniões de ontem, Zema se mostrou disposto a aceitar uma das propostas do plano de Pacheco: a federalização de ativos como a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copsa) como forma de abater o valor da dívida.



ANTES DO ENCONTRO COM HADDAD, ROMÉU ZEMA ESTIVE COM O PRESIDENTE DO SENADO, RODRIGO PACHECO, E COM O MINISTRO DE MINAS E ENERGIA, ALEXANDRE SILVEIRA

Em entrevista coletiva logo após se reunir com o ministro da Fazenda, o governador disse que o estado não tem intenção de pedir a suspensão da cobrança da dívida do estado com a União, hoje em torno de R\$ 160 bilhões. A medida foi anunciada ontem pelo governador Romeu Zema (Novo) após um dia de reuniões em Brasília. Ele esteve com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e depois com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e se mostrou receptivo à proposta apresentada para sanar os débitos do estado. Ainda assim, não descartou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), em tramitação na Assembleia Legislativa, como opção para o débito bilionário.

Em entrevista coletiva logo após se reunir com o ministro da Fazenda, o governador disse que o estado não tem intenção de pedir a suspensão da cobrança da dívida do estado com a União, hoje em torno de R\$ 160 bilhões. A medida foi anunciada ontem pelo governador Romeu Zema (Novo) após um dia de reuniões em Brasília. Ele esteve com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e depois com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e se mostrou receptivo à proposta apresentada para sanar os débitos do estado. Ainda assim, não descartou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), em tramitação na Assembleia Legislativa, como opção para o débito bilionário.

MARCELO VIEIRA/IM/UTA/REUTERS

“Nada impede que se faça uma federalização [Cemig, Copsa e Codemig], eventualmente em melhores condições para o estado, como uma forma de pagamento da dívida”

RODRIGO PACHECO (PSD-MG)
Presidente do Senado

para elaborar a proposta alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal apresentada na Assembleia Legislativa.

ADESÃO Desde sua primeira reeleição, Zema está no Regime de Recuperação Fiscal em sua segunda gestão. O projeto de adesão ao RRF foi aprovado em 2019 pelo Senado e pelo STF. O governador se comprometeu a cumprir o regime, mas não descartou a possibilidade de pedir a suspensão da cobrança da dívida do estado com a União, hoje em torno de R\$ 160 bilhões. A medida foi anunciada ontem pelo governador Romeu Zema (Novo) após um dia de reuniões em Brasília. Ele esteve com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e depois com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e se mostrou receptivo à proposta apresentada para sanar os débitos do estado. Ainda assim, não descartou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), em tramitação na Assembleia Legislativa, como opção para o débito bilionário.

3/8/2023, que se efetivaria após o término do RRF. O projeto de adesão ao RRF foi aprovado em 2019 pelo Senado e pelo STF. O governador se comprometeu a cumprir o regime, mas não descartou a possibilidade de pedir a suspensão da cobrança da dívida do estado com a União, hoje em torno de R\$ 160 bilhões. A medida foi anunciada ontem pelo governador Romeu Zema (Novo) após um dia de reuniões em Brasília. Ele esteve com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e depois com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e se mostrou receptivo à proposta apresentada para sanar os débitos do estado. Ainda assim, não descartou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), em tramitação na Assembleia Legislativa, como opção para o débito bilionário.

PROPOSTAS

A proposta costurada por Pacheco junto ao governador mineiro e ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevê a federalização de ativos como a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copsa). O valor das empresas seria abatido do valor da dívida do estado com a União, hoje em torno de R\$ 160 bilhões. A medida foi anunciada ontem pelo governador Romeu Zema (Novo) após um dia de reuniões em Brasília. Ele esteve com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e depois com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e se mostrou receptivo à proposta apresentada para sanar os débitos do estado. Ainda assim, não descartou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), em tramitação na Assembleia Legislativa, como opção para o débito bilionário.

A FÚRIA DO PP

A bancada mineira do PP está furiosa com o secretário-chefe da Casa Civil, Marcelo Aro, ontem, os deputados Pinheiro (PP-MG) e Ana Paula Antunes (PP-AC), abandonaram uma reunião com o governador Romeu Zema (Novo), ao descobrir que o secretário do Executivo mineiro estaria presente no relatório do fiscal. E não é apenas com o PP, partido ao qual ele filiou, que Marcelo Aro vem causando conflitos. Encarregado das relações do governo com Brasília, o secretário, que é ex-deputado federal, também tem irritado grande parte da bancada mineira na capital federal. Aro foi selecionado por Zema devido à sua experiência em Brasília. No entanto, nos bastidores, a falta de comunicação com o governador tem sido fonte de discussão. Há a sensação de que o governador faz pouco ou nada presente para as negociações parlamentares. Aro precisa enfrentar a oposição de Zema, o governador precisa estovar os compromissos eleitorais. (ATA INTERMAG)

3/8/2023, que se efetivaria após o término do RRF. O projeto de adesão ao RRF foi aprovado em 2019 pelo Senado e pelo STF. O governador se comprometeu a cumprir o regime, mas não descartou a possibilidade de pedir a suspensão da cobrança da dívida do estado com a União, hoje em torno de R\$ 160 bilhões. A medida foi anunciada ontem pelo governador Romeu Zema (Novo) após um dia de reuniões em Brasília. Ele esteve com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e depois com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e se mostrou receptivo à proposta apresentada para sanar os débitos do estado. Ainda assim, não descartou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), em tramitação na Assembleia Legislativa, como opção para o débito bilionário.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 4 e 5